

SISEJUFE FIQUE POR DENTRO

SISEJUFE CONVOCA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA AVALIAÇÃO DE INDICATIVO DE GREVE

QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO, A PARTIR DAS 12h
EM FRENTE À JUSTIÇA FEDERAL DA AV. RIO BRANCO

A categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro volta a ser convocada pelo sindicato para nova assembleia, desta vez com a pauta de avaliar o indicativo de GREVE por tempo indeterminado a partir do dia 30 de maio. Portanto, nesta quinta-feira, dia 24 de maio, com primeira chamada às 12h, e segunda chamada às 12h30min, todos os servidores do Judiciário Federal são esperados em frente à JF na Cinelândia – de acordo com o que foi legalmente divulgado em Edital publicado no jornal O Dia, na página 4 dos Classificados, em 11 de maio de 2012.

Deste a retomada das mobilizações, tivemos dois dias nacionais de luta, em 9 e 17 de maio, estamos vivendo uma rodada nacional de assembleias sindicais e, no próximo sábado, dia 26 de maio, a Fenajufe terá uma Reunião Ampliada onde serão avaliados a rodada de assembleia e o calendário nacional de lutas aprovado por ampla maioria dos delegados da 17ª Plenária Nacional, realizada em São Luís (MA), no início de maio. Lá, os servidores presentes avaliaram que somente uma greve forte e unificada, em todo o país, será capaz de pressio-

nar o governo a negociar um acordo orçamentário para votar o PCS. Por isso, no encontro do próximo dia 26, os dirigentes da Fenajufe e os representantes dos seus sindicatos filiados vão avaliar o cenário que envolve a tramitação dos PLs 6613/09 e 6697/09 e definir se deflagram ou não o movimento grevista. É importante ressaltar que tudo dependerá das mobilizações promovidas pelos sindicatos em todo o país, uma vez que essas atividades têm por objetivo preparar a categoria para um maior enfrentamento no próximo período.

Devido à falta de negociação entre a cúpula do Judiciário e o Palácio do Planalto, o PL 6613/09 segue parado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Na sessão de 16 de maio, embora o projeto tenha sido incluído novamente na pauta pelo presidente da CFT, pelo deputado Antônio Andrade (PMDB-MG), por falta de quórum, o PCS não foi aprovado. A orientação do governo continua sendo a mesma: enquanto não houver acordo, vai barrar a revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal e do MPU.

Por outro lado, os ministros Ayres Brito e Carmen Lúcia, presidentes do STF e do TSE, respectivamente, saíram em defesa da aprovação do PCS, afirmando que irão procurar a Presidência da República para negociar. No entanto, até o momento ainda não há qualquer resposta concreta de que essas negociações de fato estão ocorrendo. O que há, por enquanto, são as declarações dos dois ministros, em jornais da imprensa comercial, de que são a favor do pleito dos servidores e

de que irão trabalhar por ele.

No dia 17 de maio, servidores de várias categorias do funcionalismo promoveram atos em todo o país para cobrar do governo o atendimento à pauta de reivindicações da campanha salarial unificada de 2012. As manifestações fizeram parte do calendário unificado dos servidores públicos federais (SPFs), definido pelo Fórum Nacional que reúne entidades sindicais, entre as quais a Fenajufe e as centrais sindicais CUT, CTB e CSP-Conlutas. O Judiciário Federal e o MPU, seguindo a orientação da Fenajufe e a deliberação da 17ª Plenária Nacional, de São Luís, também participaram das manifestações, se juntando às demais categorias do funcionalismo. A categoria judiciária marcou presença nas atividades unificadas em Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Florianópolis, Recife, São Luís, Belo Horizonte, Cuiabá e também no Rio de Janeiro – apesar de a passeata ter saído 40 minutos do divulgado.